

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

LUÍS HENRIQUE VELOSO MALTA

ALTA MODERNIDADE, INDIVÍDUO E RELAÇÕES DE PODER

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Luís Henrique Veloso Malta, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202073134A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ALTA MODERNIDADE, INDIVÍDUO E RELAÇÕES DE PODER, desenvolvido durante o período de 01/10/2022 a 30/11/2022 sob a orientação de PROF. DR. LUIZ FLÁVIO NEUBERT, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de janeiro de 2023.

Luís Henrique Veloso Malta

ALTA MODERNIDADE, INDIVÍDUO E RELAÇÕES DE PODER

Luís Henrique Veloso Malta¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é buscar as reflexões de alguns autores ocidentais que, nos últimos dois séculos, escreveram sobre as não muito amigáveis relações entre as dimensões do indivíduo e da sociedade e seus mecanismos de controle, coerção e poder que, esta última, por sua vez, tem exercido sobre o primeiro, causando-lhe os mais diversos desconfortos nos períodos denominados Modernidade e Alta Modernidade. Nessa fração ínfima do tempo de existência da Humanidade, que já provocou uma revolução de questões envolvendo praticamente todas as esferas das relações sociais do planeta, desde as agressões ao meio ambiente até doenças psicossomáticas do ser humano. E tudo muito bem embasado e justificado pelas ideologias da civilização ocidental, que miram e idealizam o indivíduo “bem ajustado e adaptado” ao seu meio social, mas que guarda aspectos obscuros das instituições sociais e de Estado, além do exercício do poder e do domínio de forças disciplinares que conformam o comportamento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; Civilização; Poder; Ideologia.

1. INTRODUÇÃO

A finalidade deste Trabalho de Conclusão de Curso é auxiliar o leitor a entender o mundo no qual estamos inseridos, hoje, em pleno século XXI, em todas as suas facetas passíveis de serem apreendidas pelos nossos sentidos e analisadas dentro de contextos científicos que as Ciências Humanas e Sociais podem oferecer: históricos, econômicos, sociais, culturais, políticos e psicológicos. Auxiliar o leitor nesta empreitada de estudos é o nosso objetivo, na expectativa de que ele se sinta, ao final da leitura, informado, de maneira crítica, sobre as razões e os “porquês” de a vida humana contemporânea ser como é.

Embora o título de nosso estudo esteja ligado aos fenômenos sociais da chamada “Alta Modernidade”, sentimos necessidade de recuar um pouco no tempo, para compreendermos, de início, o período denominado de “Era Moderna”, pois ali se situa o marco temporal fundante da nossa Era, um gigantesco divisor de águas na História da Humanidade; quer seja pela Revolução Industrial (passo seguinte à Revolução Científica), quer seja pelo Pensamento Iluminista, quer pela ascensão da Burguesia ao Poder Econômico e Político (Revoluções Francesa e “Gloriosa”, inglesa), quer seja pela novas relações de trabalho e produção engendradas pelo Capitalismo Industrial... Assim, o Mundo Moderno é a gênese de nosso estudo e pesquisa. É partir dele que daremos partida à observação de todas as grandes mudanças sociais que alteraram as relações de Poder do planeta, quando comparadas com períodos anteriores, pré-modernos.

Finalmente, necessitamos também explicar ao nosso leitor que nosso retorno à Modernidade se deve ao fato de que a Alta Modernidade (ou Modernidade Tardia, Modernidade Fluída ou Pós-Modernidade), nomes usados para identificar nosso mundo social contemporâneo, não é, de forma alguma, uma “nova era” ou uma era de oposição à modernidade, como se poderia pensar inicialmente. Na verdade, a pós-modernidade é uma sofisticação extremada, radicalizada, uma potencialização das causas e efeitos que tiveram início há 300 anos atrás, aproximadamente, e que se pretende perpetuar no tempo e espaço como a nova forma de se viver, pensar e se comportar do ser humano (GIDDENS, 1991).

Ao final do desenvolvimento desta empreitada de estudos ficaremos felizes se o leitor puder ter ampliado criticamente seu conhecimento sobre o mundo que o abriga, tendo se valido da utilização de uma síntese dos pensamentos de alguns autores, que escreveram, ao longo dos últimos dois séculos, sobre este tema, sob os aspectos histórico, psicanalítico, político, econômico e social.

2. FREUD E A INSATISFAÇÃO SOCIAL

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: luishenriquevmalta@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert.

Em “O Mal Estar na Civilização” (FREUD, 2011) uma de suas obras de cunho sociológico e antropológico, analisadas, porém, sob o viés psicanalítico, o criador do método psicanalítico irá fazer uma interessante análise do conflito permanente entre as pulsões e instintos próprios da natureza humana intocada (id) versus a cultura, com seus códigos, normas de conduta e coações que o Processo Civilizatório, historicamente, impôs ao indivíduo e que geram, nele, a doença neurótica e seus sintomas de sofrimento mental. Freud irá perceber que os interesses da Sociedade, por motivos que serão analisados aqui, são sempre conflitantes com o “ego” (o indivíduo, com toda a sua carga filogenética e ontológica inerentes ao humano), que sempre deverá adiar o exercício de sua liberdade e a realização de suas fantasias, desejos e imaginação em prol da “Ordem”, da “Segurança” e da prosperidade da Sociedade; em termos freudianos, a substituição do “Princípio do Prazer” pelo “Princípio da Realidade. É na Modernidade que as relações de poder se desequilibram de forma contundente em favor da máquina civilizatória e em desfavor do indivíduo. Na verdade, há muito que o ser humano é enquadrado em formas estruturais sociais onde as exigências coletivas exercem algum tipo de coerção sobre ele, a nível mental e social, roubando dele sua individualização e transformando-o, de uma unidade autônoma (um átomo social com uma órbita própria) em uma mera peça de engrenagem de algum processo de solidariedade mecânica ou um órgão de um sistema de solidariedade orgânica, como bem definiu Durkheim. Freud faz analogia a essa condição da vida social humana com o “pai da horda primeva”, onde, nos primeiros agrupamentos humanos pré-civilizatórios, um chefe grupal (o pai) exerce poder tirânico sobre o grupo, que se submete à sua autoridade abusiva. Em dado momento os filhos decidem assassinar o “pai”, eliminando do grupo a opressão e o abuso desmedido. Para que novos abusos não mais aconteçam, os filhos se reúnem e estabelecem regras que todos deverão seguir a partir de agora. Ficam estabelecidos, desde então, os primeiros códigos de conduta, as primeiras normas, os primeiros dogmas, as primeiras restrições.

Portanto, a História Humana tem sido sempre a história da coerção do coletivo sobre o individual. Na Modernidade e Alta Modernidade tal discrepância será vista com muito mais intensidade do que em outras épocas, como procuraremos demonstrar ao longo de nosso trabalho.

O sentimento do “eu” é o sentimento de nós mesmos, bem delimitado, autônomo, unitário, mas que se prolonga para dentro do nosso aparelho psíquico, sendo, na verdade, uma “fachada” de uma outra entidade psíquica, mais primitiva e fundante, denominada “id” (FREUD, 2011). Assim, alguns componentes de nossa vida mental parecem ser alheios ao “eu” (ego) e a outros, atribui-se ao mundo externo o que surgiu no Eu. Portanto, nossa constituição psíquica tem, assim, um certo caráter dual, ambíguo, onde o Ego passa a existir através de uma composição, nem sempre amistosa, de interferências do mundo exterior (Superego) sobre nossa natureza primária (id). Com isso o sentimento egóico está sempre sujeito a alguns transtornos, porque suas fronteiras não estão bem delimitadas; existem coisas que desejaríamos expulsar de nós, mas não conseguimos porque são inseparáveis do EU, são de procedência interna. Outras coisas são de procedência externa, não desejamos para nós, mas temos que abrigá-las, por imposição do mundo. Chega-se ao momento, então, de distinguir o que é oriundo de nosso mundo interior e o que é externo a nós. O “id”, que fundamenta nossa natureza, busca a realização de tudo aquilo que lhe dá prazer e, opostamente, rejeita o que lhe dá desprazer. Mas a cultura lhe impõe comportamentos que o obrigam a abrir mão ou a adiar tais realizações, que lhe são prazerosas, estabelecendo-se aí o conflito, gerador da doença neurótica. Nosso Eu defende-se de ambos os desprazeres, de algumas excitações internas que nos são íntimas e das excitações externas, do mundo. Essa é a gênese de alguns distúrbios psicopatológicos. Nosso Eu atual é um vestígio do Eu primário (Id), que se desligou, refugiando-se do mundo externo; uma parte de nossos instintos/ impulsos iniciais permanece inalterada, enquanto outra continuou a se desenvolver, ao entrar em contato com o mundo. Na vida psíquica nada do que se constituiu no passado acaba (princípio da conservação) e, portanto, pode ser trazido à luz, à consciência, em circunstâncias adequadas (Freud faz uma analogia com Roma, que foi reconstruída várias vezes, cidade sobre cidade. Para ele, a Roma original deixa, até hoje, para curiosidade dos turistas, da população em geral e dos órgãos de preservação histórica, os registros arqueológicos da cidade original, primitiva). Assim, a vida psíquica, também, está inserida na Hipótese da Conservação de tudo que já passou. Freud menciona um “sentimento oceânico”, uma sensação de infinito, de uma paz imperturbável que muitos de nós experimentam ocasionalmente e que estaria ligada a esses resíduos do nosso passado (a “proteção paterna”, a “necessidade de uma figura divinal, transcendental, que gera o sentimento religioso, a fé e as crenças). São sentimentos enraizados em nós e estariam ligados a esse período arcaico humano. Todos os eventos externos de nossa vida, proporcionados pelo Processo

Civilizatório, que tendem a abalar esse “sentimento oceânico” inerente a nossa constituição primária, trazem a perturbação de nosso Ego e provocam transtornos neuróticos, trazendo dor e sofrimento ao Eu.

Assim, para Freud, longe de nos acolher e nos proporcionar prazer, a vida, na verdade, nos traz a todos, dores, decepções, problemas, para os quais buscamos paliativos ou substitutivos: diversões, gratificações sublimativas (a arte, a religião, o trabalho etc.), as substâncias narcóticas... Isso ocorre porque, qual a finalidade da vida, o que querem os homens? A resposta: querem a felicidade, a vivência de fortes prazeres e a ausência de desprazer. A “Felicidade”, essa só encontramos em eventos ocasionais, repentinos, em fenômenos episódicos. Já o desprazer é bem mais comum, está sempre presente em nossas vidas, oriundos de 3 fontes: o nosso próprio corpo (que declina, que envelhece, que se dissolve); a Natureza, com suas intempéries, contra as quais pouco podemos fazer; e as relações com os outros homens! Assim, o tempo todo, somos levados a abrir mão do nosso desejo, do nosso prazer, a adiar nosso encontro com a felicidade (o Princípio do Prazer) e aceitar o convívio com a dor (o Princípio da Realidade).

Para fugir dos desprazeres da vida, Freud analisa vários caminhos:

- a) tentar satisfazer de modo irrestrito todas as vontades (mas existem riscos, inclusive a autodestruição).
- b) isolamento do mundo e das pessoas (a quietude, a vida eremita)
- c) defesa contra as doenças e contra os fenômenos naturais (a finitude encontra-se, aí, como a principal fonte de angústia humana).
- d) uso de substâncias narcóticas (analgesia).

Inibir impulsos para se evitar o desprazer é possível, é exequível? O deslocamento da libido (energia psíquica), sublimação na Arte, no Trabalho voluntário, seria outro? A solidão ou vida eremita seria a solução para o rompimento das relações com o mundo? A busca do amor é um caminho, mas, e o sofrimento que pode advir daí, com a perda desse amor? A busca pela beleza, pela estética, pela religião são satisfações paliativas, mas oferecem uma resolução definitiva ao desprazer? Os vários perfis humanos buscarão tais caminhos de acordo com os seus direcionamentos: o indivíduo erótico dará prioridade às relações afetivas; o narcisista buscará uma autossuficiência e o homem dinâmico buscará os desafios do mundo exterior. E ainda há aquele que fará a fuga para a doença, (neurótica ou psicótica!).

Portanto, no que concerne ao Processo Civilizatório, nosso autor parece entendê-lo como o mais diversificado e turbulento das 3 gêneses do sofrimento humano, fonte dos maiores dissabores que podemos experimentar, uma vez que, em relação ao nosso próprio corpo e à Natureza, parece haver uma determinação, um fatalismo, uma aceitação tácita de que não podemos fazer muito nessas áreas. Mas, em relação ao mundo que nos cerca, nossas crenças, juízos de valor, ideologias, dogmas e verdades próprias, relações sociais, somos levados a crer que nossa visão particular do mundo e das coisas que nos cercam é a única realidade aceitável para nós; todos pensamos assim; daí, os conflitos entre nós e os outros, próximos de nós, e entre nós e as forças de coerção que o mundo nos impõe. (A globalização da informação e as tecnologias midiáticas diminuíram as distâncias temporais e espaciais e aproximaram os conflitos sociais, agravando ainda mais esse mal-estar civilizatório). Assim, as neuroses surgem como consequências das privações e conflitos que a sociedade impõe ao homem, em prol de uma “ordem” dos seus ideais culturais, nem sempre em sintonia com os desejos e pulsões individuais. A Religião Cristã, por exemplo, um dos pilares da Cultura Humana ocidental, com uma visão depreciativa da vida terrena em prol de outra, celestial, é uma força cultural que atua no sentido da desvalorização da nossa existência cotidiana, enquanto busca pelo prazer, em favor de um adiamento, para além da vida, com o encontro e realização dessa meta de prazer. É o Princípio da Realidade, colocado em prática, de forma sutil e encoberta, a nos sinalizar uma procrastinação da realização de nossos desejos e a transferência desse usufruto para uma vida futura, incerta para nós! Também o progresso tecnológico, bem como conquistas que o homem obteve sobre a natureza e seu próprio corpo, parece não terem elevado o grau das satisfações humanas. Assim, Freud pensa ser o padrão de conduta da Civilização em relação ao indivíduo ao longo dos tempos, a não satisfação ou sacrifício dos instintos, as restrições à liberdade, a substituição do Poder Individual pelo Poder Social e as sublimações do instinto como parte de uma “evolução social” (na Ciência, na Arte, Cultura, Ideologias ...). A Civilização é, pois, construída, sobre a renúncia aos instintos e a Justiça é a punição sobre o descumprimento de tal norma, institucionalizada sob a aparência legal da Ordem. Tais mecanismos de opressão/coerção alteram nossas disposições primitivas, criando o que ele chamou de “traços de caráter”, que nada mais são do que “tipos” de personalidade que se formaram em função de um sincretismo entre o que deveríamos ser (o Id, nossa natureza primária) e o mundo social a nossa volta. Somos, portanto, “estruturas” alteradas, deformadas, longe de nossa natureza primitiva e, de certa forma, “construídas” pela Cultura: os neuróticos (que são afetados massivamente

pelo processo civilizatório e reagem a eles, produzindo sintomas oriundos de tais conflitos); os psicóticos (que se defendem do mundo a sua volta promovendo uma cisão, uma ruptura com o mesmo); e o perverso (que tem seu prazer na burla às regras sociais). São exatamente as restrições sociais que os neuróticos (a maioria de nós) não suportam, fazendo sintomas (gratificações substitutivas) que, no entanto, causam sofrimento ou tornam-se fontes de sofrimento ao lhes criar dificuldades com o ambiente social em que vivem.

Assim, se houve, por um lado, a “necessidade” de se impor regras sociais aos homens por causa de seus próprios instintos (a agressividade, a sexualidade, a busca frenética por uma “drenagem”, um escoamento prazeroso e incontrolável de suas pulsões), por outro lado, tal controle e coerção gera conflitos psíquicos que produzirão “sintomas” de sofrimento mental, exatamente porque alteram a natureza primária, primitiva, dos seres humanos. Essa é a ambiguidade do mundo: para manter os seres humanos vivos e em convivência “pacífica” e ordeira o Processo Civilizatório (FREUD, 2011) teve que “assassinar” sufocar, nossa natureza original. Afinal, somos animais perigosos!

BAUMAN E A PÓS-MODERNIDADE: A INSATISFAÇÃO SOCIAL CONÍNUA

Analisando a obra de Freud, o sociólogo Zygmunt Bauman, em sua obra “O Mal-Estar na Pós-Modernidade” (1998) acredita que o “Mal estar na Civilização”, publicado pelo pai da Psicanálise em 1930 é, na verdade, uma análise pontual do pensamento da sociedade moderna e, nesse sentido, não seria uma característica fundamental ontogenética, inerente a Civilização Humana, no sentido mais amplo que se dá ao termo. Na verdade, para Bauman, a própria Modernidade se autointitula, dentro de suas premissas um tanto narcísicas, o Processo Civilizatório Humano por excelência, se esquecendo que seus fundamentos fazem alusão apenas a um conjunto de formas sociais lançadas no mundo naquele momento histórico e que, em princípio, nada valida seu projeto de ser definitiva e aceitável coletivamente e inconscientemente por toda a humanidade e assim permanecer, indefinidamente, no tempo e no espaço. Na verdade, Bauman concorda com Freud, (embora duvide que Freud estivesse falando estritamente apenas daquele período), que o pilar central da Modernidade é a “desregulamentação” de todo o arcabouço cultural construído pela sociedade nos períodos anteriores e vigente até aquele momento. Assim, a vontade de liberdade individual, a racionalidade, a derrubada das normas sociais hegemônicas medievais, seriam os objetivos finais do pensamento moderno; provavelmente o que Freud diria ser uma reação ao “mal-estar” coletivo que assolava a Sociedade nos períodos pré-modernos. A sociedade estaria, agora, entrando em uma nova era, uma modernidade iluminista, que traria liberdade e novos paradigmas aos homens, livrando-os, assim, de suas manifestações neuróticas oriundas das insatisfações sociais acumuladas nos períodos históricos anteriores. Bauman diz que este foi o cenário no qual a Modernidade encontrou o Homem; submisso, portanto, a um regramento social oriundo da coerção e opressão do Absolutismo Monárquico, do processo de produção feudal e do direcionamento religioso impositivo da religião cristã sobre a vida das pessoas!

O que Bauman agora, atualiza para nós, é que toda essa ideia de “desregulamentação” que a Modernidade implantou não traria a tal liberdade para o indivíduo, não desfaria o “mal-estar” sintomático na qual a sociedade estava mergulhada nas eras pré-modernas. A partir de meados do séc. XX, uma nova situação começa a se apresentar, não como uma oposição a Modernidade mas com a potencialização de sua ideologia, no que se refere às desregulamentações: é no pós-modernismo que são levados ao extremo o ceticismo, a ironia, as rejeições às ideias tradicionais ligadas à racionalidade iluminista e seus valores, e à consequente liquefação de tais “sólidos”, que serão substituídos pela ideologia de manutenção dos Poderes Político e Econômico, com a monetização geral da vida humana. Assim, a vida humana, analisada individualmente ou socialmente permanece presa sob as mesmas forças coercitivas que Freud havia percebido como gênese do “mal-estar”, só que, agora, com potencial destrutivo para aniquilar as relações de afeto, as emoções, os vínculos sociais. Tais valores “sólidos” são dissolvidos e substituídos pelos valores de mercado, indústria cultural, coisificação de pessoas e relações, consumo exacerbado, pensamento prioritariamente econômico... São colocados em “xeque” valores subjetivos, regras, bom senso, normas de cordialidade (tais valores estão sendo fluidificados). Entram em cena as linhas de produção, as incertezas, os falsos questionamentos, as imprecisões dos conceitos, a “falsa” liberdade de expressão, a mistura do real com o imaginário (as fake). As novas relações são marcadas pela fluidez, não são feitas para durar, estão em constante mudança, tanto no tempo como no espaço.

Freud havia analisado, em sua época, alguns comportamentos que o mundo cultuava e que perseguia neuroticamente, como padrão cultural do seu tempo: uma certa obsessão pela limpeza, pela beleza, pela ordem. O que fosse incompatível, socialmente, com este comportamento “civilizatório”, era coibido e tal conflito gerava, em sua análise, o sofrimento humano. Hoje, para Bauman, a pós-modernidade induz a novas facetas do “sofrer”

humano: o indivíduo imediatista (consequência da fluidez da vida), o indivíduo fragmentado (ou globalizado, sem referências fixas, sem padrões de conduta, sem tradições), o indivíduo narcisista e hedonista (a busca pelo prazer fácil e rápido, autocentrado), o indivíduo deprimido, o indivíduo –membro da “single society” ou dos “nativos digitais” (crianças, adolescentes e jovens, que possuem suas vidas informatizadas desde o nascimento, onde os primeiros cuidadores “humanos” convivem com as mídias digitais, na formação da personalidade das crianças e adolescentes; e adolescentes que ainda não vivenciaram a erotização de seus corpos, preferindo a conversão erótica pelas telas dos seus aparelhos eletrônico digitais).

Assim, Freud estava certo, em sua época e Bauman está certo, agora. Os conflitos homem x sociedade continuam, mudaram as ideologias. O pensamento moderno se encarregou de desconstruir o passado; seus componentes sólidos foram fluidificados e substituídos por novos sólidos, agora os da Pós-Modernidade (BAUMAN, 1998).

Em “Modernidade Líquida” (BAUMAN, 2001), outra obra do pensador, a Modernidade é, novamente, vista como um rompimento brutal com o passado. Para ele, essa nova era na história da Humanidade exprime “o tratamento que o autoconfiante e exuberante espírito moderno dava à sociedade, considerada estagnada demais para seu gosto e resistente demais para mudar e amoldar-se a suas ambições”. Aquilo que fosse resistente ou persistente no tempo deveria ser dissolvido, para que novos ares e atores tomassem suas posições neste novo cenário histórico! Tal projeto passava pela “profanação do sagrado”, ou seja, a eliminação da tradição e da presença residual das coisas passadas no novo presente. Conceitos, crenças, dogmas e Instituições ligados ao passado deveriam dar lugar a novas estruturas, novas formas de conhecimento, novos paradigmas de Poder.

Para exemplificar metafóricamente tal cenário de metamorfoses, inerente a Era Moderna e delineador de um novo comportamento social humano, o autor irá se utilizar das definições e conceitos sobre os estados das coisas líquidas e sólidas da Química e da Física e refletirá sobre como esse “estado líquido” passa a referenciar o comportamento social desde então. “Fluidez” é a qualidade dos líquidos e gases porque suas moléculas não são tão fortemente unidas como nos “sólidos” e, por isso, não podem suportar forças deformantes quando submetidos a tensão, ao contrário dos sólidos, que resistem a tais pressões. Assim, enquanto os sólidos mantêm fixas suas dimensões e propriedades tanto no espaço como no tempo, os líquidos não se prendem muito a qualquer forma geométrica e estão sempre propensos a alterá-la conforme a situação assim o exigir, tanto espacial quanto temporalmente: preenchem qualquer lacuna por apenas alguns momentos e logo seguem o fluxo (não são ligados ao tempo); podem “vazar, espirrar, transbordar, inundar,...”. Podem tomar qualquer forma, a partir dos objetos que os contêm (vasilhas quadradas, redondas, baixa ou altas...). Podem também contornar obstáculos, inundar outros espaços que não lhes pertencem, dissolver objetos sólidos que encontrem pela frente, mantendo-se intactos nesse encontro. Essa grande mobilidade e facilidade de adaptação lhe dão, segundo Bauman, um ar de leveza, de inconstância. “Quanto mais leves viajamos mais rápido nos movemos”. (BAUMAN, 2001)

Ele se pergunta: não é isso a Modernidade? “Um processo de liquefação da sociedade? Um derretimento do que era sólido no passado? Uma fluidez, desde a sua gênese? Sim, é a resposta; mas Bauman revela a intenção real por detrás de tal processo de fluidificação da sociedade: não se tratava, simplesmente, de derreter os sólidos tradicionais do passado, mas, sim de, após sua liquefação, substituí-los por outros, esses em caráter definitivo, que moldassem um “fim da História”, onde nada mais aconteceria de novo no futuro da Humanidade. Tais sólidos, novos, seriam perenes, insolúveis em qualquer líquido e, portanto, permanentes; uma nova Ordem seria construída na Sociedade. Para tal, era necessário que se derretesse e se profanasse “lealdades tradicionais, direitos costumeiros e obrigações que atavam pés e mãos, impediam movimentos e restringiam iniciativas. Para se construir essa nova Ordem, verdadeiramente sólida, era necessário livrar-se do entulho com que a Velha Ordem sobrecarregava os construtores”.

Comentando Weber e Carlyle, Bauman revela o que fica oculto no processo de liquefação social que a Modernidade traz embutida em seu pensamento: o único sólido a ser construído e preservado seria o “nexo dinheiro” e o “cálculo racional de seus efeitos; portanto à empresa caberia libertar-se dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e às instituições livrarem-se das responsabilidades subjacentes e mútuas inerentes à natureza humana”. Assim, a nova Ordem, sólida e definitiva, diria respeito apenas aos critérios de racionalidade econômica inspirados pelo mundo dos negócios. Quanto às relações sociais, “essas ficariam nuas, expostas, desarmadas, desprotegidas e impotentes para resistir às novas regras do mercado monetário, agora representadas pela racionalidade instrumental” (BAUMAN, 2001). “O derretimento dos sólidos do passado levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais; pavimentou uma nova Ordem, definida principalmente em termos monetários e pretensamente imune a quaisquer tentativas de se

liquefazê-la, agora ou no futuro, sob outras formas que não seja a econômica. Assim, o pensamento moderno veio a dominar a totalidade da vida humana, tornando irrelevantes ou ineficazes outras formas de pensamento social, transformando-se numa Ordem hegemônica! (BAUMAN,2001). E isso ocorre porque tal Ordem não oferece liberdade de escolha, uma vez que, ela própria não foi alcançada via ditadura, opressão, escravização ou subordinação dos indivíduos por um “sistema opressor” e sim por um “derretimento” natural, até mesmo “desejado”, “de grilhões e algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolha e ação”. Por isso mesmo a ideia de se vislumbrar a possibilidade da construção de uma outra Nova Ordem, que substitua a atual, não está hoje em nenhuma agenda, pois que o próprio conceito do “derretimento dos sólidos” foi alterado, significando agora a dissolução, a liquefação de qualquer tentativa de se pensar outras possibilidades de uma vida social que não esteja atrelada à racionalidade econômica! Assim, novos “sólidos” estão para ser construídos e lançados na Sociedade, enquanto outros estão sendo derretidos dentro desta Era que chamamos de Modernidade Líquida, numa ação coordenada do tipo “destruir para reconstruir”, onde uns (os novos sólidos) e outros (os antigos, em estado de derretimento), são “elos” de um mesmo tecido social, construídos simultaneamente, tanto a partir de escolhas individuais como de ações coletivas. Assim os novos padrões de Ordem Social são compartilhados, em sua gênese, pelas vidas individuais e por políticas de coletividades. É o que Bauman (2001, citando Ulrich Beck) descreve como uma “segunda modernidade”, uma “modernização da modernidade”, a modernidade “voltando-se sobre si mesma” e derretendo sólidos até então resistentes à liquefação, como, por ex., a família, que, ao lado de outras instituições sociais tradicionais (as relações afetivas, os bairros, as classes, a escola), estão sendo incluídas, no grupo das “instituições zumbi”, que “ainda sobrevivem, mas já estão mortas”.

Para Bauman, o que está acontecendo hoje é uma redistribuição e realocação das relações de poder na sociedade, com o derretimento de antigos sólidos (instituições já tradicionais, que regulavam o comportamento dos indivíduos) e sua substituição por outras, que foram moldadas e refeitas de acordo com as várias facetas e nuances da recém criada Modernidade. “Nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para serem aprisionadas em outras, mais novas e, por ironia, mais sólidas, onde, sem chance de fuga, deveriam se acomodar e se adaptar, seguindo novos padrões, regras e códigos identificados como corretos e apropriados para aquele momento e para aqueles lugares”. Em vez de preceder a vida social e política e planejar seu próprio futuro, o moderno indivíduo, agora, apenas segue o fluxo que o Sistema determina; as “políticas da vida descem do nível macro para o micro do convívio social”, criando uma versão individualizada e privatizada da Modernidade (onde o próprio átomo da vida social, o ser personalizado, é invadido e alagado pela liquefação); onde a fluidez (própria dos estados líquidos) é a tônica das interações sociais. Gerações passadas não experimentaram tal mudança radical de comportamento em suas relações de convívio, amizade, parentesco ou comércio. Tais aspectos do convívio social são, hoje, maleáveis, não sobrevivem ao tempo e nem mantêm a constância de uma mesma forma. As relações subjetivas construídas solidamente, (assim como os objetos sólidos da Física), podem ser mantidas nas mesmas formas por muito tempo, mas, essas mesmas interações, na forma fluida, como a Modernidade as transformaram, não possuem compromissos, nem com uma arquitetura fixa (pois que mudam de design sem qualquer cerimônia), nem com o Tempo, uma vez que alteram seu formato na hora que for conveniente. Essa é a profunda mudança, que o advento da “Modernidade Líquida” produziu na condição humana!

SIMMEL E A VIDA NERVOSA DAS GRANDES CIDADES

O texto “A Metrópole e a vida mental” (SIMMEL, 1967) necessitaria de poucas atualizações para ser um artigo contemporâneo, próprio do cotidiano de nossos dias, de tão atual e pertinente ao mundo Pós-Moderno, tal qual como o estamos vivenciando! Simmel, que escrevia sobre a brutal discrepância entre as estruturas histórico-sociais dos períodos anteriores ao século XVIII e o início da Modernidade, bem como a emergência, já no século XIX, da “vida nervosa” nas grandes metrópoles, típica dessa última descontinuidade que ali emerge e se potencializa na Pós-Modernidade, não poderia imaginar a extensão das rupturas que aconteceriam no mundo ao longo dos séculos XIX (à época do seu artigo), XX e agora, XXI, posteriores à sua obra. Se a sua análise da vida nas grandes cidades, naquele período, já choca o leitor, interessado em fazer uma leitura histórica comparativa entre o comportamento social nos séculos XIX a XXI já daria a impressão de uma segunda descontinuidade em um curtíssimo período de tempo. Mas não. Não se trata de uma nova ruptura com o passado! Antes, trata-se de

uma potencialização dessas mesmas descontinuidades, uma sequência extremada dos tempos modernos, que agora denominamos Alta Modernidade.

Simmel vai nos mostrar que o séc. XVIII encontrou o Indivíduo submetido a sistemas opressores e violentadores, no âmbito de uma Política Absolutista e Corporativista, massacrado por uma determinação dogmática Religiosa na condução de sua vida pessoal e sob a influência econômica de um Regime Agrário (Feudal). Em oposição a esse estado de coisas surge um clamor por Liberdade e Igualdade; a crença na possibilidade de uma completa liberdade do indivíduo em suas relações sociais e “espirituais”, tal como a Natureza lhe teria presenteado originalmente e a sociedade, com o tempo, lhe teria subtraído.

Ao lado desse “liberalismo” surge, em seguida, no séc. XIX, a “divisão social do trabalho”, difundindo a ideia de que os indivíduos, libertos das amarras do passado medieval-feudal-absolutista-religioso, querem agora ser distintos uns dos outros. Desejam a unicidade e a “incomparabilidade qualitativa”.

Serão exatamente essas formas de pensar e agir, que denominaremos Individualismo, as novas determinantes da conduta humana, que forçarão as rupturas, descontinuidades com o passado e gestarão o pensamento fundante da Modernidade e Pós-Modernidade, dias que estamos vivendo hoje. E serão as “grandes cidades” o lugar para o conflito dialético entre antigos e novos modos de pensar, uma vez que revelarão oportunidades para o surgimento e desenvolvimento de novas formações culturais e históricas sobre as quais não podemos exercer a “função do juiz” (julgar) mas, tão somente, procurar compreender!

Assim a Modernidade funda-se, inicialmente, sobre a reação do Homem versus a Sociedade que o oprime e comprime, e das quais ele tenta se libertar, para “preservar a autonomia e peculiaridade de sua existência singular frente a superioridade da Cultura exterior e da Herança Histórica.” Para o autor, “tal conflito confirma o estado de resistência do sujeito em ser nivelado e consumido por mecanismos técnico-sociais”, que lhe trazem sofrimento psíquico e orgânico (SIMMEL, 1967), como vai verificar Freud, em suas análises psicanalíticas, em “O mal-estar na Civilização).

É nas grandes cidades (início do séc. XIX) que os “produtos da vida moderna são questionados acerca da sua interioridade e o corpo da Cultura questionado acerca de sua Alma”. (SIMMEL, 1967). Dessa maneira o autor tenta uma harmonização entre os conteúdos individuais (subjetivos, singulares) e supraindividuais (a Coletividade) para entender as adaptações da personalidade, nas quais ela (a personalidade) “se conforma com as potências que lhe são superiores”. Confrontando o modo de vida das pequenas localidades com as grandes metrópoles europeias e norte-americanas do mundo do então séc. XIX, Simmel percebe claramente o efeito da Modernidade sobre estas, mostrando que a vida das grandes cidades é objetiva, intensa, intelectualista e concreta, ao passo que as pequenas cidades são mais emotivas e sentimentais. O cérebro humano, ao criar representações mentais a partir dos inputs que recebe do ambiente social pelos órgãos dos sentidos, capta impressões mais persistentes, fixas e regulares, com diferenças insignificantes, nas pequenas localidades e áreas rurais. Pelo contrário, nas grandes cidades, há uma imensa excitação nervosa, com rápida concentração de imagens num fluxo contínuo de mudanças que ocorrem a cada instante do dia. Assim, “o habitante da cidade grande é envolto em centenas de impressões sensoriais (visuais, sonoras etc.) que acabam por criar, como que por um mecanismo de defesa, proteção contra as discrepâncias do meio exterior que o invadem e o ameaçam durante todo o dia: acaba por não agir mais por emoção, mas com “entendimento” (razão) aos fenômenos que presencia e, com isso, distancia-se o mais que pode, das “profundezas da sua personalidade”. Para Simmel, essa prevalência do entendimento sobre a emoção ofusca, protege e esconde suas subjetividades, criando uma consciência racional e intelectual sobre o mundo, que vai se manifestar em múltiplos fenômenos particulares, um “quantum de consciência, enquanto seres que fazem distinções, bem diferente das pequenas cidades, que possuem um ritmo mais lento, habitual e uniforme, com imagens mais sensíveis e “espirituais” da vida! (SIMMEL, 1967). Assim, ele observa que “a vida tranquila dos pequenos povoados lança raízes nas camadas mais inconscientes da alma e crescem sobretudo na calma proporção de hábitos ininterruptos”.

Para Simmel, “a vida monetária do mundo contemporâneo atingiu seu ápice nas grandes metrópoles, onde a multiplicidade e a concentração da troca econômica dão ao “meio de troca” uma importância antes nunca vista. O entendimento das relações sociais pela razão e a Economia Monetária relacionam-se de modo muito mais profundo do que se pode imaginar”. A ambos é comum a objetividade, “nivelando homens e coisas num mesmo patamar e tornando o Homem indiferente a tudo que é individual, subjetivo, submetido a uma “justiça formal” aliada a uma dureza brutal.” (SIMMEL, 1967).

No Princípio Monetário a individualidade dos fenômenos não tem lugar (em oposição, o Princípio Subjetivo não se deixa esgotar com o entendimento lógico). O “dinheiro” só se interessa pelo que é comum a

todos, ou seja, se reduz ao mero “quanto”, um valor de troca que nivela toda qualidade ou particularidade ao simples valor monetário. Para Simmel, enquanto relações emocionais “fundamentam-se na subjetividade, as relações racionais, de entendimento, por outro lado, contam os homens como números, como elementos em si indiferentes, que só possuem interesses na objetividade. O Princípio Monetário nivela a todos... fornecedores, clientes, empregados, todos são vistos de forma objetiva, concreta e calculável. Não cabe, ali, o colorido das emoções, os laços de consideração, os vínculos fraternos ou a solidariedade sentimental”. Na pequena cidade, produtor e freguês podem se conhecer mutuamente, mas a Metrópole, pelo contrário, se alimenta da produção para o mercado, ou seja, fregueses completamente desconhecidos nunca se encontrarão cara a cara com os verdadeiros produtores. Todas as partes que compõem o Princípio Monetário ganham, assim, segundo Simmel, uma objetividade impiedosa, um egoísmo econômico, um cálculo racional, com entendimento e sem relações pessoais.

Para o autor, “o espírito moderno tornou-se, cada vez mais, um Espírito Contábil. Assim como no ideal científico das Ciências Naturais, de se ver o mundo através de cálculos, fórmulas matemáticas e Leis Físicas exatas, também a exatidão contábil, trazida pela Economia Monetária, passou a regular a vida prática e preencheu os dias das pessoas com tabelas, planilhas, comparações, projeções, determinações numéricas, redução de valores qualitativos a quantitativos etc. Pela essência contábil do dinheiro chegou-se finalmente a uma precisão, a uma segurança na determinação de igualdades e desigualdades semelhante àquelas obtidas quando da invenção do relógio. Assim, a vida moderna não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas num esquema racional-técnico-temporal”.

No entanto Simmel percebe o que muitos outros pensadores, ao longo da Modernidade e hoje, inclusive, dentro da contemporaneidade, também admitem: a frieza do mundo concreto e objetivo contrasta com a natureza emocional (subjetiva) do indivíduo e esse choque cultural lhe traz sofrimento no corpo, na mente e na vida social, como um todo. E quanto mais se avolumam e se sofisticam os mecanismos monetários, (produtores de mercadorias e geradores de riqueza, lucro e conforto material), mais vozes se levantam contra a percepção de tal estrutura social, que corrói as emoções, destrói laços e gera doenças psicossomáticas mundo afora. No entanto, mesmo nos apercebendo dessa “teia” na qual fomos envolvidos, nessa “gaiola de aço” (Weber), não conseguimos mais nos desvencilhar dela. Seria, assim, o fim da História?

Simmel analisa como exemplo da insensibilidade ou racionalidade humana em relação ao sofrimento alheio nas grandes metrópoles, o que ele vai denominar de “caráter blasé”: estímulos advindos do mundo externo que excitam, à exaustão, a mente, tornando-a saturada e, assim, impessoal! De tantos inputs nervosos, com excesso de fluxo, volume e rapidez de informações que o cérebro recebe, ocorre uma saturação nervosa de tal monta que, a partir de um dado momento, a mente não mais apresenta nenhum esboço de reação a tal invasão externa de imagens, sons, cenas, ruídos, eventos; não mais consegue acumular informações e também não processa as representações psíquicas de tal fluxo. O sentimento blasé, que toma a forma da impessoalidade diante das situações sensíveis da vida é, na verdade uma “couraça” criada por nosso aparelho mental com a finalidade de blindar, proteger ou esconder nossa própria subjetividade, afim de que nossa sanidade mental seja preservada. Com o sentimento blasé, nada sentimos, acostumamo-nos às vicissitudes da vida, dessensibilizamos nossas emoções, percepções e anestesiemos nossas subjetividades. Para Simmel, “a distinção das coisas torna-se nula e as nossas representações são acinzentadas”.

O sentimento blasé, para o autor, também é um reflexo fiel da Economia Monetária ou a sua imagem. “Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual a pluralidade das coisas mediante o “quanto”, na medida em que se torna denominador comum de todos os valores, torna-se também indiferente a tudo e a todos. É um terrível nivelador, que corrói o núcleo das coisas, seus valores específicos, suas peculiaridades”. (SIMMEL, 1967). Ele percebe que “a descoloração das coisas, mediante sua equivalência com o dinheiro é visível na relação dos indivíduos com os objetos que podem ser obtidos mediante dinheiro. E é ali, nas grandes metrópoles, que o sentimento blasé é mais percebido, na medida em que homens e coisas atingem seu máximo de semelhança.

Para Simmel, é nesse estado de coisas que surge o “atomismo social”, uma forma extremada de individualismo, reservado, desconfiado, interiorizado, que isola e afasta as pessoas do convívio social. Os contatos são fugazes, superficiais...mal conhecemos nossos vizinhos, chegamos a sentir por eles até mesmo uma certa frieza, estranheza, aversão mesmo, ou repulsa. Isso cria uma dissociação social, com a formação de círculos de convívio relativamente pequenos, com limitação excludente perante outros círculos, vizinhos, que nos passam a ser estranhos e excludentes. Formam-se assim os clubes, agremiações, condomínios, partidos políticos etc. Mas esses ajuntamentos nem sempre nos trazem a sensação do calor humano, da solidariedade, da parceria, uma vez

que mesmo dentro do próprio ajuntamento local o individualismo é sentido de maneira forte e exclusiva; trazem a reserva, a solidão, a indiferença percebida mutuamente. E daí vem o afastamento e a ruptura. E mesmo uma eventual estreiteza ou proximidade corporal torna explícita a distância “espiritual”.

Assim, vemos as grandes cidades como “o local da mais elevada divisão econômica do trabalho e a consequente disputa de mercado, uma espécie de seleção natural, “darwinismo social”, onde o individualismo impera! A luta original do Homem contra a Natureza em busca de alimento tomou a forma da disputa econômica e social: a batalha não é mais contra a Natureza, mas entre os próprios homens; a disputa econômica está inserida entre fregueses e fornecedores, fornecedores contra fornecedores e, no plano social, entre amigos, pais contra filhos, irmãos contra irmãos etc.

“Aquele que fornece produtos precisa criar necessidades nos consumidores, seus clientes, afim de encontrar uma fonte de ganhos ainda não esgotada, uma função ainda não substituível; daí surgem as mais sofisticadas especializações, diferenciações que refinam os hábitos dos clientes e enriquecerão as necessidades do público, que passam a desejar e depender de tais objetos! Isso desemboca em uma individualização competitiva, onde a particularidade qualitativa conquistará a consciência do círculo social, sendo a gênese de muitas extravagâncias sociais como o Exclusivismo, o Preciosismo, os caprichos etc., cujo sentido oculto está na forma de se ser diferente, de se destacar, de ser notado; uma busca narcísica de autoestima e preenchimento de um lugar na consciência. Esse parece ser o motivo mais profundo pelo qual a grande cidade sugere a pulsão rumo a existência pessoal a mais individual possível”.

A Modernidade e a sua versão mais extremada, a Alta Modernidade, inundou o mundo com as formas objetivas ou concretas de vida, em detrimento das formas subjetivas ou emocionais. O espírito objetivo ou concreto de vida se infiltrou na Linguagem, no Direito, na Arte, nas técnicas de produção, na Ciências e na vida cotidiana em geral. Nas instituições, sejam elas privadas ou no âmbito do Estado, a discrepância entre as duas formas de agir e pensar tornou-se demasiadamente acentuada na vida moderna. A ampliação da indústria cultural, a cultura do Conhecimento Técnico-Científico, a instrumentalização da Arte como Técnica, a “coisificação” do mundo, enfim, foram acompanhadas de um declínio e retrocesso da emoção, da subjetividade, das coisas do “espírito”, (a delicadeza das pessoas e o Idealismo). Simmel vê tal discrepância originada no sucesso da divisão do Trabalho, que força e exige do indivíduo (o singular) uma realização cada vez mais unilateral, cuja potencialização na vida cotidiana deixou atrofiar a sua personalidade “holística”, um Todo Humano. A Cultura concreta, objetiva, à qual o indivíduo se submeteu através da divisão do trabalho e que se sobrepôs a ele, massacrando-o e transformando-o em um grão de areia dentro de uma monstruosa organização, subtraiu –lhe as subjetividades, valores e espiritualidades, trasladando-o das emoções e belezas interiores para a vida concreta puramente objetiva! As grandes cidades são os cenários dessa Cultura que cresce para além de tudo o que é pessoal. Em tudo se revela um espírito tão impessoal que a personalidade não pode se contrapor a isso. Por um lado, a vida tornou-se mais confortável e mais fácil para o indivíduo, que se tornou um agente menos ativo e menos dependente do seu próprio sacrifício e esforço. Por outro lado, atrofiou-se sua cultura individual subjetiva mediante a hipertrofia da outra, a cultura objetiva, com seus programas e conteúdos impessoais, que “recalcaram” os coloridos antes pessoais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esperamos, neste momento final do trabalho, lançar um questionamento ao leitor, desdobrado em dois aspectos: o primeiro diz respeito à subjetividade humana e o segundo aos aspectos históricos do mundo atual.

Quanto ao primeiro questionamento, A Ciência precisou ser positivista, empírica, lógica e concreta, para entender e organizar o mundo natural, físico, tal como o conhecemos hoje. As interioridades humanas, dentro deste contexto científico-social, nem sempre foram consideradas e podemos até dizer que foram relegadas a um aspecto secundário dentro das relações de Poder que governam os destinos do mundo. A Alta Modernidade exacerbou tais discrepâncias, priorizando nos limites máximos possíveis a racionalidade econômica, o controle político do Estado e das Instituições, para manutenção do Poder, o derretimento de antigos “sólidos” sociais e a fluidificação das relações humanas; em detrimento das subjetividades, que foram rebaixadas de status a um nível de irrelevância social tal que homens e objetos se tornaram praticamente a mesma coisa, mercadorias. As formas psicossomáticas da doença nervosa atestam a vulnerabilidade da saúde humana e a doença psíquica afeta as mentes, deprime a vitalidade do ser e fragmenta a identidade egóica. O indivíduo humano resistirá à Era Pós-Moderna?

Em relação ao segundo questionamento, estaremos todos assistindo ao fim da História, como alguns estudiosos pensam? A HISTÓRIA mostra que a sucessão de Períodos, Eras ou Pensamentos é inerente à Cultura

Humana, nenhuma Civilização perpetuou-se indefinidamente no Poder. Mas parece não ser essa a intenção das estruturas de Poder na Pós-Modernidade; “sólidos” foram derretidos para que outros os substituíssem, esses sim, com forças entrelaçadas de tal modo a construir uma gigantesca “teia” global, da qual, uma vez nela aprisionado, não é possível o escape. Fica a dúvida!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, Sigmund. ***O Mal estar na Civilização***. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. ***O Mal-Estar na Modernidade***. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Ed. Zahar 1998.

BAUMAN Zygmunt. ***Modernidade Líquida***. Edição. Ed. Zahar 2001

SIMMEL: Georg. ***A metrópole e a vida mental***. In: VELHO, Otavio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.